

Os primórdios do esporte no sistema ONU: I MINEPS (1976) e Carta Internacional de Educação Física (1978)

Marcelo Paula de Melo¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-GEPOLES), Brasil
marcelaomelo@gmail.com

Cita sugerida: Melo, M. Paula de (2015). Os primórdios do esporte no sistema ONU: I MINEPS (1976) e Carta Internacional de Educação Física (1978). *Educación Física y Ciencia*, 17(1). Recuperado de <http://www.efyc.fahce.unlp.edu.ar/article/view/EFyCv17n01a01/>

Resumo

No campo do esporte, educação física -disciplina curricular da educação básica- e das práticas corporais o Sistema ONU só passou a ter uma atuação orgânica a partir dos anos 1970. É justamente esse o objetivo desse texto: analisar os documentos e eventos centrais nos primórdios da relação entre Sistema ONU e suas indicações para políticas de esportes, Educação Física e práticas corporais. Assim, poderemos apreender os esboços de uma maior integração e organicidade das ações no âmbito do esporte e da Educação Física buscando cumprir seu papel de intelectual orgânico coletivo em nível mundial.

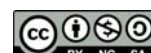
Palavras-chaves: Esportes; Anos 1970; Sistema ONU; UNESCO.

The beginnings of sport in the UN system: I MINEPS (1976) and International Letter of Physical Education (1978)

Abstract

In the sport field, Physical Education, which is a curricular discipline in basic education, and body practices of the UN education system started to have an active participation from the 1970s. The aim of this paper is precisely to analyze the documents and central events in the early days in the relationship between the UN system and its indications for political sports, Physical Education and body practices. Thus, we can understand the outlines of greater integration and organic nature of the actions in the Sport field and Physical Education, seeking to fulfill its role of a worldwide organic intellectual group.

Keywords: Sports; 1970; UN system; UNESCO.



Primeiros passos

A saída da Segunda Guerra foi um marco na redefinição da ordem político-econômica. Em 1944, os representantes dos países centrais reúnem-se na cidade estadunidense de Bretton Woods para pactuar bases de funcionamento da vida capitalista mundial. A busca era tanto de reconstruir os países atingidos pela guerra, como não repetir os erros que levaram a crise de 1929 e a própria Segunda Guerra. O estabelecimento do padrão dólar-ouro, a constituição das chamadas gêmeas de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e da Organização das Nações Unidas são partes dessa tarefa de regular o funcionamento do capitalismo mundial.

Como as grandes questões mundiais nos últimos 60 anos quase sempre transcendem os limites de cada Estado-nação, tem sido comum a criação interpaíses de organismos para pactuar questões, tratados, princípios e normas de convivência em diversos campos. Certamente tal empreendimento não pode ser compreendido somente numa análise técnica. A importação de formas, concepções e programas vem acompanhada de um projeto societário que fundamenta tais elementos, sobretudo, em face da assimétrica e desigual relação interpaíses nas relações internacionais.

Quanto ao campo do esporte, da educação física -disciplina curricular da educação básica- e das práticas corporais, o Sistema ONU só passou a ter uma atuação orgânica- a despeito de menções isoladas em documentos de suas agências anteriormente -a partir dos anos 1970. É justamente esse o objetivo desse texto: analisar os documentos e eventos centrais nos primórdios da relação entre Sistema ONU e suas indicações para políticas de esportes, Educação Física e práticas corporais. Cabe inferir não ser por acaso que somente a partir dos anos 1970 tal processo ganhou organicidade. Ali tem início o projeto de mundialização e internacionalização do capital como até então não havia sido vivenciado no bojo do capitalismo.

Para realizar tal empreitada será fundamental um debate com fontes erigidas dos próprios Organismos Internacionais -no caso o Sistema ONU-. Os documentos produzidos ao longo do período estudado darão forte base para apreendermos os projetos societários que fundamentavam as indicações desses intelectuais orgânicos para os campos em questão. Os materiais centrais dessa pesquisa são aqueles produzidos pelos próprios organismos internacionais como substrato de sua concepção de mundo e proposições para o campo do esporte e Educação Física naquela quadra histórica.

O sistema ONU: Criação e desdobramentos na ordem (capitalista) mundial

A Assembleia de Fundação da Organização das Nações Unidas ocorreu em 1945, no qual tomaram parte 51 países membros, com o objetivo primeiro da manutenção da paz entre as potências. Sendo sucessora da fracassada Liga das Nações (1919-1945), buscou criar mecanismos diplomáticos que pudessem impedir a ocorrência de uma guerra em que estivessem novamente envolvidas -como havia sido a Primeira (1914-18) e a Segunda (1939-45)- as grandes potências mundiais, e não um mecanismo que viesse impedir a ocorrência de qualquer novo confronto nacional (LOPES, 2007).

Dentro do Sistema ONU foram criadas Agências específicas sobre diferentes temas. Em 1945 foi criada a Agência da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO). Já em 1946 duas outras agências relevantes da ONU são estruturadas; a agência para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo para Infância (UNICEF). Em 1947 surge a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), e no ano seguinte, a Organização Mundial de Saúde (OMS). Papel de relevo também passa a desempenhar o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) aprovado provisoriamente em 1947 e ratificado no ano seguinte em Havana, na Conferência da ONU sobre Comércio e Emprego, na busca de ordenar e regular as relações comerciais internacionais.

Embora façam parte de um mesmo movimento de rearticulação das relações internacionais no imediato pós-segunda guerra, havia -e ainda há- uma distinção importante entre o FMI e Banco Mundial e o Sistema ONU (e suas agências) quanto ao peso dos países membros nos processos decisórios. Naquelas o poder de cada país influir nos rumos das instituições é diretamente proporcional à sua participação no aporte financeiro às mesmas. Isso cria maior poder explicitamente aos países centrais que contribuem com aporte financeiro muito maior que os países periféricos. Já nas vinculadas ao Sistema ONU, em tese, cada país-membro tem o mesmo poder de voto em suas

instâncias decisórias, claro que desconsiderando o grau de sujeição que há nas relações entre países em cada conjuntura concreta (Pereira, 2009; Mattos, 2001).

No tocante ao funcionamento do Sistema ONU, Rubem Mattos (2001) afirma que a ideia de cada “país-membro um voto” e em função da desvinculação desse direito à contribuição financeira de cada membro a esse organismo não deve levar a posições ilusórias. Segundo o autor, grande parte das agências da ONU vale-se de recursos fora do orçamento regular, provenientes de doações não obrigatórias dos países-membros voltados a ações específicas. Os países mais ricos ocupam os primeiros lugares na lista dessas doações, implicando numa influência maior nos rumos das iniciativas de diversos Organismos Internacionais.

Os Organismos Internacionais são relevantes disseminadores de questões-chaves ao conjunto da classe burguesa mundial, cumprindo a tarefa política de educadores coletivos das classes dominantes e dominadas nas diversas formações sociais, malgrado a necessária presença de países não alinhados e mesmo anticapitalistas em suas hostes como membros. A partir de seus documentos, de seus financiamentos condicionados a determinadas formas de executar os programas -no nosso caso de esportes- e também da formação de quadros, os organismos historicamente atuam no campo da política em nível mundial (Pereira, 2009).

É nesse quadro que se torna indispensável atentar para as formulações e indicações dos Organismos Internacionais em diversos campos, em especial às Gêmeas de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional-FMI) e o conjunto de agências que compõe o Sistema ONU. Isso se deve ao seu relevante “papel organizador das relações internacionais capitalistas contemporâneas” fazendo “(...) das Nações Unidas e demais Organismos Internacionais a ela vinculadas referências obrigatórias para o estudo do desenvolvimento das políticas públicas em cada formação social capitalista na atualidade” (Neves e Pronko, 2008, p. 92). Sua ingerência na organização político-institucional nas diversas formações sociais “(...) transforma a análise de suas diretrizes políticas gerais e setoriais em tópico imprescindível no estudo do desenvolvimento das políticas públicas (...) por acrescentar novas e importantes determinações” (IBID). Isso pode ser feito mediante estudos empíricos da execução e implementação de políticas publicamente referendadas como parte do rol de influência de determinado programa [s] de algum [ns] organismo [s] internacional [is].

Como afirmam Barreto e Leher (2008), as condicionalidades impostas pelos Organismos Internacionais, por meio de seus acordos, convênios e empréstimos aos países da periferia, necessitam ser traduzidas e adaptadas aos contextos locais, no bojo da correlação das forças internas desses países, das bases materiais e simbólicas demandadas pela obtenção e conservação da hegemonia. Os autores apontam os procedimentos expostos em diversos documentos do Banco Mundial, apresentando a característica de que tal intelectual orgânico do conjunto das classes dominantes apresenta-se como se soubesse o que seria melhor para o mundo em diversos campos de implementação de políticas e tem usado os mecanismos a seu dispor para ajustar a atuação dos países, assumindo historicamente o papel de consultores mundiais, na linha da chamada “oferta de ideias” (Mattos, 2001; Barreto e Leher, 2008).

Cabe considerar que esse processo se delineia no âmbito dos esforços de reconstrução da Europa nos pós-guerra. Os chamados anos de consenso keynesiano nos países centrais e de desenvolvimentismo na periferia produziram uma conjuntura com altas taxas de crescimento econômico, baixo índice de desemprego e uma elevação da ação estatal na oferta de políticas sociais, ainda que muito desigual entre os diversos países. Isso só foi possível devido a um forte investimento, com a presença de empresas estatais diretamente envolvidas na dinâmica produtiva em muitas áreas, além da utilização do fundo público para viabilizar uma política macroeconômica que possibilitasse a experiência do “pleno emprego” (Hobsbawm, 2006; Harvey, 2008).

Tal quadro começa a ruir a partir do final dos anos 1960 em função de questões estruturais da própria instabilidade inerente à ordem capitalista. A chegada ao fim da chamada Era de Ouro (Hobsbawm, 2006) tem como expressões centrais as diversas revoltas sociais (estudantil, sindical, étnico-racial) tanto na Europa como nos EUA e em alguns países da América Latina, o fim do padrão dólar-ouro, as derrotas militares estadunidenses no Vietnã, o choque do petróleo imposto pelo cartel dos países produtores. Como mostram diversos autores (Harvey, 2008; Hobsbawm, 2006) esses movimentos

tiveram como resultados um quadro conhecido como estagflação, pela combinação da inflação com baixo crescimento econômico e em alguns casos recessão.

Apesar do período do chamado consenso keynesiano ter possibilitado relativa estabilidade capitalista depois dos eventos de 1929 e da Segunda Guerra mundial, isso não implicou em harmonia peremptória intrabloco burguês. Críticas contumazes se fizeram presentes, ainda que não obtivessem sucesso naquela conjuntura devido ao êxito dos arranjos pós Bretton Woods. O contexto de crescimento econômico e relativa prosperidade do período amainavam o alcance das posições críticas.

Tão logo a lucratividade do capital perdeu vigor demonstrada, as “velhas crenças”, como diz Hobsbawm (2006), que há tempos denunciavam os arranjos keynesianos como um socialismo disfarçado e produtor de crises, passaram a ser ouvidas novamente. No início dos anos 1970 alguns economistas, tendo Milton Friedman e Friedrich Von Hayek como maiores expoentes, que tiveram suas posições postas em minoridade nas três décadas anteriores, retomaram o papel de relevo ao propor novos arranjos político-econômicos que prometiam recuperar as taxas de lucros do capital. Ao redor dessa perspectiva, formaram-se grupos de intelectuais críticos aos rumos do capitalismo no pós-guerra, sobretudo, das regulações estatais e da ampliação das políticas sociais, e começaram a se embater publicamente com tais posições. Somente com as crises dos anos 1970, as proposições de Hayek e Milton Friedman passam não só a serem aceitas, como se tornam orientadoras de ações políticas concretas (Hobsbawm, 2006; Harvey, 2008).

Esporte, políticas sociais e primórdios da ação política dos Organismos Internacionais

Como veremos a partir da segunda metade dos anos 1970, as políticas de esportes e de atividade física começaram a figurar de forma mais sistemática como parte das políticas sociais nas diversas formações sociais. Se realmente, as ações estatais nesse campo, sobretudo nos países centrais, são anteriores a essa data, os anos 1970 podem ser considerados o momento em que essa dimensão torna-se mundializada. É possível afirmar que o papel do Estado capitalista não se diferencia dos outros campos com muita substância. A oferta de políticas esportivas, tanto no que se refere à iniciação esportiva, como no acesso ao fundo público para preparação das condições do esporte-espetáculo, implicando na construção de aparelhos e considerável infraestrutura, será diretamente proporcional ao estágio da correlação de forças entre as classes sociais em luta. A tripla dimensão que acompanham as políticas sociais nas sociedades capitalistas -a) reprodução da força de trabalho e aumento da produtividade do trabalho; b) mecanismo de obtenção do consenso dos trabalhadores e c) mecanismos de melhoria das condições de vida dos trabalhadores (Behring & Boschetti, 2007)- incidem no debate teórico e na dinâmica concreta das políticas de esportes. Tanto numa dimensão de reprodução físico-emocional das energias dos trabalhadores como praticantes e/ou espectadores esportivos, como na difusão da melhoria das condições de vida e de ascensão social via esporte, passando, pela real possibilidade de melhor qualidade de vida e formação humana pela incorporação cotidiana dos esportes e/ou atividade física na vida dos trabalhadores, as políticas sociais esportivas trazem em si essas múltiplas dimensões.

Em relação aos Organismos Internacionais e esportes é possível afirmar que até a segunda metade dos anos 1970, nenhuma agência do Sistema ONU dedicava-se às questões dos esportes e da Educação Física -a despeito de sua breve e genérica menção em 1952 na Conferência Geral da UNESCO-. A partir dos anos 1970, a UNESCO passou a ter um papel mais orgânico, sendo os esportes e da educação física tomados como “(...) meios efetivos de educação permanente e passou a liderar os principais movimentos nesse sentido” (Tubino e Silva, 2006, p. 71). Os esportes e a educação física passaram a ser partes relevantes do projeto educativo do bloco no poder, devendo receber uma atenção mais orgânica e estruturada, tanto no tocante à sua relação com sistema educacional dos diversos países, quanto sua presença em outros momentos da vida social, como o lazer.

Os marcos desse movimento foram a I Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários para os Esportes e Educação Física (MINEPS) realizada em Paris no ano de 1976 e a Carta Internacional de Educação Física e Esporte (1978), já no contexto da crise dos anos 1970. Para Tubino e Silva (2006, p. 71), fazia parte da missão da UNESCO “erigir na mente dos homens a edificação para a paz, foment[ando] diversos projetos, entendendo que a educação seria a área que

deveria alcançar seus objetivos em relação à humanidade”. Tais autores ao aceitarem, sem questionamentos nem ressalvas, a visão oficial acerca do papel e das indicações dos Organismos Internacionais no campo dos esportes e da Educação Física cumprem a tarefa de difusores da concepção da UNESCO.

Tubino e Silva (2006), abordando a I Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários encarregados da Educação Física e do Esporte (MINEPS), afirmam que sua realização em 1976 foi parte da “(...) vontade dos governos em institucionalizar a cooperação internacional” (p. 72). Concretamente, trata-se num papel mais dinâmico e orgânico da UNESCO no campo dos esportes/Educação Física. Buscando analisar tal movimento à luz das modificações do projeto dominante, é possível vislumbrar que a partir dos anos 1970 os esportes dão seus primeiros passos no sentido de internacionalização vigorosa².

Temas como a melhoria das instalações esportivas disponíveis para a população, inserção dos esportes nos sistemas educacionais, a promoção de campanhas para intensificar a prática sistemática de esportes e atividades físicas, programas de esportes e atividades físicas para grupos sociais específicos como mulheres, idosos, pessoas com deficiência e a qualificação da formação profissional em Educação Física estiveram presentes na I MINEPS³. Essa reunião apontou que tais elementos deveriam ser considerados pelos diversos países membros dessa agência, ainda que viabilização dessas políticas eram -sempre serão- amplamente dependentes do projeto societário do bloco no poder, da capacidade de conquista de direitos e de direcionamento dos gastos estatais para viabilizar programas em cada país concretamente. Havia, a partir, daí, uma explícita vinculação das áreas de Educação Física e Esportes com outros dois campos das políticas sociais, Educação e Saúde, que gozavam de maior legitimidade social, tanto no conjunto da sociedade, como dentre governos de diversos países, tendo como objetivo anular possíveis resistências na obtenção de recursos para ações.

A I Conferência da UNESCO afirmou ser possível aos esportes desempenharem o papel de “elemento privilegiado de compreensão internacional e aproximação entre os povos e a contribuição que somam-se aos esforços dos Estados e dos povos em favor da paz, da compreensão, da cooperação e do desenvolvimento de relações amistosas” (I MINEPS, 1976, citada por ONU-UNESCO, 1988). Considerando estarmos ainda no decorrer da Guerra Fria no momento da I MINEPS, esse apelo à paz, cooperação e desenvolvimento de relações amistosas guarda explícita relação com essa questão. Ao mesmo tempo, cabe lembrar que os processos de descolonização na África ganhavam maior estabilidade a partir dos anos 1970, bem como as saídas de ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia e seus primeiros sinais de esgotamento na América do Sul.

Já na I Conferência foi aprovada uma recomendação de “cooperação entre os Poderes públicos e as organizações esportivas voluntárias com vistas ao fomento da Educação Física e esportes” (I MINEPS, 1976, citada por ONU-UNESCO, 1988, p. 14). Aqui já havia a manifestação de que os custos decorrentes tanto dos grandes eventos esportivos como Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol, como também do próprio desenvolvimento esportivo de alto nível dos países, deveria ser assumido pelos Estados com a utilização de recursos do fundo público e também “(...) com apoio de pessoas privadas” (I MINEPS, 1976, citada por ONU-UNESCO, 1988, p. 14). Além disso, se as intervenções estatais na área das políticas de esportes eram débeis e assistemáticas de uma forma geral, os sujeitos políticos recomendados para realizar essa tarefa, à luz dos interesses das classes dominantes, seriam os organismos esportivos, como Comitê Olímpico, Confederações e clubes esportivos do esporte de alto rendimento. Não por acaso, foi comum em países diversos, inclusive no Brasil, a subjugação do sistema escolar aos interesses do sistema esportivo internacional, implicando em concepções e práticas no sentido de conceber a presença dos esportes no sistema educacional não como parte de um conjunto de saberes vinculados aos projetos pedagógicos das unidades ou das redes (Coletivo de Autores, 1992), mas sim à luz dos interesses de ampliar a massa de possíveis consumidores do espetáculo esportivo e da noção que a vivência esportiva por parte de crianças e jovens como parte da tarefa de uma eventual (e improvável às maiorias) futura profissionalização esportiva. Como exposto por Bourg e Gouguet (2005), os processos de mundialização e mercantilização dos esportes, tendo as entidades esportivas a frente, com forte associação as empresas que gravitavam ao redor dos esportes e de seus eventos internacionais, começavam dar seus passos mais sólidos, com a maior presença de países em competições internacionais. É a partir dos anos 1970 que se pode falar em campeonatos de fato mundiais, com a presença de equipes de diversos continentes em muitas modalidades.

A I MINEPS também trouxe como recomendação conferir um papel mais central à UNESCO no interior das organizações internacionais para os esportes e a Educação Física, implicando que essa Agência passasse a ter maior interlocução não somente no âmbito do Sistema das Nações Unidas, mas também com outros organismos multilaterais e privados. Isso foi apontado de modo que a UNESCO coordenasse:

“(…) com as distintas organizações internacionais, continentais ou regionais, que tenham por objetivo a promoção e o desenvolvimento da educação física e dos esportes com vistas a reduzir as diferenças existentes entre os países em desenvolvimento e os países industrializados” (I MINEPS citada por ONU-UNESCO, 1988, p. 16).

Uma das recomendações expressas da I MINEPS era a institucionalização da chamada cooperação internacional nas áreas de Educação Física e esportes, por meio da criação de órgãos permanentes. Como fruto, dois anos após a I MINEPS, foi criado dentro da UNESCO o Comitê Intergovernamental para a Educação Física e Esportes (CIGEPE, sigla em inglês) em 1978, como parte de um escritório para centralizar as ações nessas áreas. Os anos iniciais da CIGEPE indicam uma considerável dificuldade organizativa, visto que até 1985 só haviam sido realizadas 5 reuniões, com uma média de menos de uma reunião por ano.

Quanto ao desenvolvimento da Educação Física e esportes, a I MINEPS recomendou que:

- a) Fizessem parte das concepções e sistemas educativos de cada Estado;
- b) Ampliação da disponibilidade financeira para viabilizar as recomendações;
- c) Ampliação da formação especializada de pessoal em face de carência que muitos países apresentam nesse campo;
- d) Para aumentar a participação esportiva da escola à universidade há necessidade de instalações esportivas em número suficiente (ONU-UNESCO-1988).

As proposições da I MINEPS, bem como o simples fato da reunião ocorrer, gerou como fruto a aprovação em 1978 por parte da 20ª Conferência das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de um documento intitulado “Carta Internacional de Educação Física e Esportes da ONU”, que trouxe pronunciamentos sobre o papel do Esporte e da Educação Física de forma a buscar influenciar as ações em países membros. Como não se trata de um Tratado Internacional ratificado pelos países -como, por exemplo, Tratados contra Proliferação de Armas Nucleares ou Tratados Internacionais contra Trabalho Infantil- não implica que os países membros devam seguir diretamente seus princípios e diretrizes. A Carta Internacional... tem como perspectiva

“colocar em desenvolvimento a Educação Física e ao Desporto ao serviço do progresso humano, favorecer seu desenvolvimento e exortar os governos e as organizações não governamentais competentes, os educadores, as famílias, e os próprios indivíduos a inspirar-se nela [na CARTA], difundi-la e colocá-la em prática” (ONU-UNESCO, 1978, p. 1).

Apesar disso, a Carta Internacional de 1978 pode ser considerada uma resposta de maior vulto das classes dominantes para reafirmar o potencial do esporte a partir de uma visão que não se restringisse ao esporte de rendimento, ou seja, buscando ir além da relação com o esporte institucionalizado do sistema esportivo e suas Federações, Confederações e Comitês. Na Carta... isso se traduziu na defesa de que “a Educação Física e o esporte devem reforçar sua ação formativa e favorecer os valores humanos fundamentais que servem de base ao pleno desenvolvimento dos povos” (ONU-UNESCO, 1978, p. 1). A isso deve ser acrescida (a suposta) promoção da “(...) aproximação entre os povos e as pessoas, assim como o estímulo desinteressado, a solidariedade e a fraternidade, o respeito e a compreensão mútua e o reconhecimento da integridade e da dignidade humanas” (Idem).

A Carta... também busca induzir a um suposto compromisso entre os países centrais e periféricos, no sentido de reduzir as distâncias existentes “(...) entre uns e outros no que diz respeito ao livre acesso de todos à Educação Física e ao esporte” (ONU-UNESCO, 1978, p. 1). Para tal, a Carta... faz questão de sublinhar ser necessário para a “paz e a amizade entre povos, da cooperação entre as organizações internacionais governamentais e não governamentais responsáveis, da Educação Física e do desporto” (p. 1). Essa cooperação entre organizações governamentais e as não

governamentais do esporte e Educação Física como condicionante à paz e a amizade entre os povos buscava –e a realidade demonstrou que tem sido bem sucedida- reafirmar um maior protagonismo aos organismos internacionais do esporte -FIFA, COI e federações esportivas de cada modalidade- na interlocução com os governos.

A adoção dos termos países industrializados e países em desenvolvimento num documento de 1978 é revelador do fetiche do desenvolvimento e do industrialismo como sinônimo de progresso. Assim, ser ou não industrializado era tomado como retrato de ter ou não melhores condições de vida, devendo aqueles contribuir via cooperação, via auxílio técnico para que os países periféricos pudessem também ascender à condição de países industrializados.

A existência dessas frases genéricas de pretensão impacto e que apresentam pontos que grosso modo há pouca margem de discordância, implica na reafirmação de um papel de educador coletivo das diversas classes e frações de classes em muitos países. Ao mesmo tempo, e não é surpresa ou sinal de equívoco por parte da UNESCO nesse documento, mas sim sinal de estar conforme seu tempo e seu papel na luta de classes, há uma expressa adoção da teoria do capital humano. A UNESCO afirma estar “(...) convencida de que a preservação e desenvolvimento das atitudes físicas, intelectuais e morais do ser humano melhora qualidade de vida nos planos nacional e internacional” (ONU-UNESCO, 1978, p. 1). Aqui há uma profunda e deliberada inversão ao definir que a melhora nacional e internacional depende de um desenvolvimento individual, sendo este o responsável ou não por essa melhora nacional.

A partir desses pontos introdutórios, a Carta Internacional expõe seus 10 artigos que a compõe. O artigo primeiro afirma ser a prática de Educação Física e de esportes um direito fundamental de todos, sendo indispensável ao pleno desenvolvimento da personalidade, não apenas no sistema educacional, mas no que chama de demais aspectos da vida social. A individualização da abordagem do direito ao esporte e à educação física está amplamente visível no item 1.2, ao apontar que, conforme a tradição esportiva de cada país, “cada qual (...) deve gozar de todas as oportunidades de praticar a educação física e o desporto, melhorar sua condição física e alcançar o nível de realização desportiva compatível aos seus dons” (ONU-UNESCO, 1978, p. 2). Aqui há uma explicitação da divulgação/apelo à necessidade do acesso, mas ao mesmo tempo, a atribuição genérica, sem apontar as responsabilidades dos aparelhos de Estado -o que implicaria em constar no texto final da necessidade de disposição orçamentária para tal nos diversos países- na viabilização de condições de tal empreendimento. Mais a diante, no item 2.1, tal questão é aprofundada ao expor a necessidade de “(...) assegurar a continuidade da atividade física e da prática esportiva por toda a vida, por meio de uma educação global, permanente e democratizada” (IDEM). A atribuição de que essa perspectiva haveria de ser alcançada por meio de esforços educacionais (apenas) é parte da defesa de um direito por meio de um organismo internacional, sem que isso implique na identificação da lógica capitalista como um dos principais entraves à viabilização desse mesmo direito, visto que as soluções sempre estariam disponíveis no interior dessa mesma ordem social, sem a necessidade de questionamento estrutural sistêmico.

No artigo segundo, há a afirmação de que o esporte e a Educação Física são dimensões essenciais dos sistemas educativos. Isso se deve a sua contribuição “(...) para preservar e melhorar a saúde, a proporcionar uma sã ocupação do tempo livre e a resistir melhor aos inconvenientes da vida moderna” (ONU-UNESCO, 1978, p. 2). Menos do que realizar uma crítica atemporal a tal formulação -tarefa já realizada no campo da educação física (COLETIVO DE AUTORES, 1992)- cabe a clareza de que a absorção dessa concepção na Educação Física brasileira, com deletérias consequências para uma efetiva inserção como disciplina curricular nos sistemas educacionais -talvez seja explicada como parte de um movimento mundial de abordar sob esse prisma os esportes e a educação física em diversas instâncias, como a educação escolar e as práticas de lazer-. As relações entre as aulas de Educação Física no sistema educacional e a dita preservação e melhoria da saúde, sem considerar as profundas mediações necessárias, fizeram parte das discussões da área de Educação Física por bastante tempo como majoritárias. Se realmente ainda encontramos resquícios, na prática profissional, certamente tal elemento foi objeto de dura crítica por parte da tradição teórica mais crítica erigida a partir dos anos 1980 e 1990 (Melo, 2011).

Tanto que há tímida incorporação de elementos de quase crítica ao esporte de rendimento na Carta Internacional... , ainda mais se levarmos em conta a maior presença e difusão de estudos críticos

sobre o esporte, educação física e a saúde já partir do final dos anos 1960 (Coletivo de autores, 1992). Assim, a Carta Internacional... afirma no item 3.3 do 3º artigo que:

“Esporte de competição, incluso em suas manifestações espetaculares, deve seguir, segundo o ideal olímpico, a serviço do esporte educativo, de que é culminação e exemplo, e tem de permanecer à margem de toda influência de interesses comerciais fundados na busca de benefícios” (ONU-UNESCO, 1978, p. 2).

No artigo quarto, a Carta Internacional... defende que as tarefas pedagógicas e administrativas em torno do esporte e da Educação Física dever-se-iam ser confiadas a pessoas qualificadas. Apesar do tom genérico que a expressão “pessoas qualificadas” e as dúvidas sobre quem atestaria essa dita qualificação -conselhos profissionais, o reconhecimento via sistema educacional oficial por meio da posse de diploma em instituição credenciada- o andamento do parágrafo aponta para algum tipo de relação com o sistema educacional, embora não o faça expressamente. Além disso, há menção deliberada daquilo que a Carta Internacional (p.2) chamou de pessoal voluntário e sua contribuição inestimável ao desenvolvimento do esporte -para usar termos presentes no documento- já indica a premência da relação esporte e voluntariado, que ganharia maior vulto ao longo dos anos 2000 (Melo, 2011).

Nos artigos subsequentes, o documento segue caminhos de praxe no sentido de instar esforços acerca da necessidade de instalações condizentes com as demandas do desenvolvimento esportivo e da Educação Física em escolas e no lazer (artigo 5º); a necessidade de maior aproximação do campo científico em sua considerável pluralidade com as questões a Educação Física e esporte (art.6º); também alerta para o que chama de cuidados especiais com informação e documentação (art.7).

O oitavo artigo da Carta Internacional... trouxe demandas específicas da relação Esporte e Educação Física com os meios de comunicação de massa, devendo esses “exercer uma influência positiva” na área, como está expresso literalmente no documento.

No artigo nono havia uma manifestação explícita da necessidade da dita cooperação internacional como “(...) uma das condições prévias do desenvolvimento universal e do equilíbrio da Educação Física e esporte” (p. 3), bem como a atribuição de um papel de mais relevo tanto na cooperação bilateral (entre 2 países) como na cooperação multilateral (via Organismos Internacionais). Essa crença de que os países periféricos deveriam receber assistência técnica por parte dos países centrais para que, seguindo o modelo adotado por esses, obterem um desenvolvimento (capitalista) em diversas áreas, legitimou esse mito da cooperação internacional como solução para diversos problemas dos países periféricos, sendo as condições desiguais entre os países -e mesmo internas aos países em suas regiões- abstraídas do desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

O artigo dez, encerrando a Carta Internacional..., dedica-se a discutir e trazer menções à cooperação internacional como umas das condições ao desenvolvimento da Educação Física e do Esporte, tendo responsabilidades tanto os países, como as organizações internacionais e regionais, intergovernamentais e não governamentais. Afirma também que a chamada cooperação internacional deve estar pautada em pressupostos totalmente desinteressados, com vistas a promover o dito desenvolvimento. Por fim, os esportes e da Educação Física teriam papel relevante para o que a Carta Internacional... chamou de manutenção da paz duradoura, ao respeito mútuo e a amizade.

Depois da MINEPS de 1976 e da publicação da Carta Internacional, a Conferência Geral da ONU em 1978 instituiu o Comitê Intergovernamental da Educação Física e do Esporte (CIGEPS) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Educação Física e do Esporte (FIDEPS). No final dos anos 1970 a criação desses dois organismos -um fundo financiador e um comitê que reuniria representantes de governos relacionados aos esportes no âmbito da ONU- serve de pista para a compreensão de que suas ações nesse campo demandariam uma atenção mais especial.

O CIGEPS é composto por especialistas da área indicados por 18 países membros da UNESCO que compõem o Comitê, com mandatos de 4 anos. Isso permite a UNESCO “uma habilidade para direcionar ações governamentais nos campos do esporte e da Educação Física e contribuir para implementação de políticas efetivas de esportes e programas ao redor do mundo” (ONU-UNESCO-

CIGEPEPS, 2010). Seu papel, segundo a UNESCO, era (e talvez ainda seja) a “(...) promoção do papel e do valor do esporte e sua inclusão como política pública” (Idem).

A partir dos anos 1980, além das conferências conjuntas Sistema ONU/ UNESCO e Comitê Olímpico Internacional (COI) sobre antidoping e as espaçadas reuniões da CIGEPEPS, também foi realizada em 1988 em Moscou a II MINEPS, que contou com a participação de 104 Estados membros, sendo que 45 foram representados pelos Ministros ou equivalentes, indicando o relevo que tal reunião foi assumindo. A partir do relato apresentado na 25ª Conferência Geral da UNESCO no ano seguinte, sabe-se que a II MINEPS destacou “(...) novos procedimentos e formas de cooperação, de concertação e de associação entre os poderes públicos e as organizações voluntárias a serviço da promoção da educação física e o esporte” (ONU- UNESCO, 1988, p. 1). Não obstante, retoma-se e reafirma-se o papel da UNESCO como

“(...) foro internacional, único em seu gênero, na medida em que se situa na interseção das esferas de competência dos principais agentes: instâncias governamentais, movimento associativo e organizações esportivas voluntárias, comunidade científica. (...) a única organização que, em razão de sua competência constitucional, pode fortalecer, por um lado, as convergências entre a educação física e o esporte e, por outro, a ética e os direitos humanos, a educação, a cultura, a ciência, a comunicação e o meio ambiente” (Idem).

Esse reconhecimento da UNESCO como organismo representativo dos países membros na II MINEPS parece estar relacionado com disputas internas entre o conjunto dos Estados e os Organismos Internacionais do Esporte, como o COI e as federações esportivas. Tais organismos demandam recursos do fundo público para viabilizar tanto os eventos esportivos em si, como o cotidiano das equipes esportivas (patrocínios, construção de instalações, isenção fiscal para que empresas possam investir em equipes esportivas e etc.). Certamente, os blocos no poder em cada país são beneficiados política e economicamente com isso, o que não impede a presença de arestas nessas relações.

É possível encontrar uma recomendação importante da II MINEPS que indica uma face dessa aproximação entre os organismos esportivos como o COI e as federações esportivas e o conjunto dos países. É iniciado com uma série de considerações acerca das potencialidades dos esportes e o chamado ideal olímpico com seus “ideais humanistas universais” (ONU-UNESCO, 1988, p. 10, anexo 1) e do papel dos Jogos Olímpicos em promover o esporte segundo o espírito olímpico sem discriminação de nenhuma ordem. Depois afirmava que os Jogos Olímpicos teriam grande contribuição na obtenção dos “objetivos da Carta Internacional de Educação Física e Esportes” (Idem), e também a “importância do papel do Comitê Olímpico Internacional, guia do movimento Olímpico” (Idem). Esta recomendação convida os Estados membros a fornecerem garantias para a realização dos grandes eventos esportivos, implicando na socialização de custos como se observa a cada realização de um grande evento esportivo (Melo, 2011), bem como a entrada do Sistema Esportivo Internacional, especialmente o COI, somando forças à UNESCO, na definição de rumos para área de esportes no mundo.

Como parte desse trabalho intelectual de disputa no campo das ideias, a II MINEPS indicou entre suas recomendações a difusão da Carta Internacional de Educação Física e Esportes entre os diversos países membros, por meio de traduções e difusões em meios de comunicação de massa e nas Universidades. Tal questão incluía a recomendação da utilização da Carta... nos cursos de formação de professores de Educação Física e também mecanismos em que pudesse ...

“(...) inspirar as políticas nacionais e [atuar] como meio de alentar as diferentes formas de colaboração entre os Estados membros e de facilitar relações mais estreitas entre as organizações não governamentais especializadas, as federações esportivas internacionais e a Unesco” (ONU-UNESCO, 1988, p. 1, anexo1).

O pano de fundo foi intensificar, a partir dos itens expostos na Carta..., os preceitos e concepções caros aos Organismos Internacionais e incidir nas políticas governamentais dos países membros.

Considerações finais

A partir desses movimentos apontados nos documentos da UNESCO nos anos 1970 podemos apreender os esboços de uma maior integração e organicidade de suas ações para as áreas do esporte e da Educação Física a fim de cumprir seu papel de intelectual orgânico coletivo em nível mundial. Considerando que tal papel já era desempenhado em outras áreas há mais tempo, é possível vislumbrar que o prenúncio da mundialização capitalista intensificada a partir dos anos 1970 como forma de expandir novas fronteiras de acumulação, bem como dar conta de mediar a crise (Harvey, 2008; Hobsbawm, 2006), trouxe como um dos substratos a necessidade de maior internacionalização dos esportes, e conseqüentemente, uma maior presença da Educação Física nos sistemas escolares e nos momentos de lazer de diversos países.

A internacionalização precisava de direção intelectual para contar com linhas de financiamento (internacional) para viabilizar programas nos mais diversos países, sobretudo, nos países capitalistas dependentes. A atribuição da UNESCO como organismo internacional que cumpriria esse papel também pode ser entendido no bojo dos embates intra organismos por prestígio, linha de financiamento extra orçamentários junto aos países membros, bem como maior reposicionamento de seus membros no circuito organismos Internacionais -empresas mundiais- organismos Governamentais.

A partir da aura de voz neutra e autorizada como suposto representante de um bem comum, e da melhoria das condições de vida global, seus documentos, pesquisas, pronunciamentos são importantes indicadores da direção que o conjunto da classe burguesa tem traçado em consonância com seus interesses de classe, tanto em médio como em longo prazo.

Num primeiro momento, essa atribuição de maior relevância à Educação Física e Esportes, dentro e fora do sistema escolar, não deve vir acompanhada de uma abordagem axiologicamente positiva, no sentido de viabilizar direitos do conjunto das populações em diversos locais. Ficou claro que as recomendações -e isso não deve ser tomado como uma surpresa, visto o papel político que cabem aos organismos internacionais na correlação entre as classes sociais no âmbito da sociedade capitalista- não pretenderam em momento algum realizar nenhum questionamento ou sugestão que implicasse nitidamente em obstar a ação estatal na direção de aumento efetivo dos recursos para áreas sociais, no caso em questão para Esporte e Educação Física.

Cumprir também a imensa disparidade, não apenas financeira, mas também em termos de estruturação da aparelhagem estatal, entre os diversos países que compõe o sistema internacional. A necessidade de mediação por parte dos Organismos Internacionais intentava garantir, para o campo dos esportes e Educação Física, um mínimo de uniformidade. Mesmo considerando a inerente assimetria e desigualdade entre os ritmos de desenvolvimento e urbanização entre os países no âmbito do sistema capitalista, sua necessidade de internacionalização e mundialização obrigava (e ainda obriga) a considerar todos os cantos do planeta como possível campo de atuação das empresas e países centrais. E para tal, é necessária a modernização, ainda que este seja entendida como adoção de modelos estatais e de vida social próximas as dos países mais avançados.

Notas

[1](#) Professor Doutor da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[2](#) Como mostram Bourg e Gouguet (2005) o Comitê Olímpico Internacional salta de 36 membros em 1936 para 130 em 1972. Certamente, isso indica uma maior presença dos esportes no cotidiano de cidadãos de mais países.

[3](#) O documento da ONU-UNESCO utilizado para abordar as questões referentes à I MINEPS (1976) foi um preâmbulo que abriu as discussões na II MINEPS (1988). Isso se deve ao fato de não haver em língua portuguesa, espanhola, francesa ou inglesa memórias da I MINEPS (1976). Como o

documento da II MINEPS (1988) destina um espaço considerável de revisão das deliberações e discussões da reunião de 1976, penso que sua fidedignidade não está comprometida. Peço aos leitores, portanto, que não estranhem as menções à I MINEPS virem citadas num documento da II MINEPS (nota do autor).

Referências

Barreto, R. G. & Leher, R. (2008). Do Discurso e das Condicionais do Banco Mundial: a educação superior “emerge” terciária. In: Revista Brasileira de Educação. Vol. 13. N. 39, Set/Dez 2008- 423- 436.

Behring, E. R. & Boschetti, I. (2007). Política Social: Fundamentos e História. 3ª Ed. São Paulo: Cortez Editora.

Bourg, J. F. & Gouguet, J. J. (2005). Economia do Esporte: Bauru: EDUSC.

Coletivo de autores. Metodologia do Ensino de Educação Física. (1992) São Paulo: Editora Cortez.

Harvey, David. (2008). Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola.

Hobsbawm, E. (2006). A Era dos Extremos. O breve Século XX: 1914-1991. 33ª Reimp. São Paulo: Companhia das Letras.

Lopes, D. B. (2007). A ONU tem autoridade? Um exercício de contabilidade política (1945-2006). In: *Rev Bras. Polít. Int.* n. 50 (1): 47-65.

Mattos, R. A. de. (2001). As Agências Internacionais e as políticas de saúde nos anos 90: um panorama geral da oferta de ideias. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, N. 6 (2): 377-389.

Melo, M. P. de. (2011). *Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ONU. UNESCO. (1988). *Relatório da II Conferência Internacional de Ministros e Responsáveis por Educação Física e Esportes (MINEPS II)*. Moscou, UNESCO.

ONU. UNESCO. (1976). *Relatório da I Conferência Internacional de Ministros e Responsáveis por Educação Física e Esportes (MINEPS I)*. Paris; UNESCO.

ONU-UNESCO. (1978). *Carta Internacional da Educação Física e Esportes*. Paris: UNESCO.

ONU-UNESCO-CIGEPS. (2010). *What is CIGEPS?* In: www.unesco.org/cigeps. acesso em 13-10-2010.

Pereira, J. M. M. (2009). *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese. Niterói: PPGH-UFF. (Doutorado em História).

Tubino, M. J. G. & Silva, K. M. (2006). *Esporte e cultura da paz*. Rio de Janeiro: Shape.

Recibido: 08-09-2014

Aceptado: 05-03-2015

Publicado: 10-06-2015